



Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.

Relatório e Contas 2023



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	16
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	46



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A, submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes do Município de Abrantes, por contrato celebrado a 1 de agosto de 2007, com o Município de Abrantes, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto, segundo o estabelecido em contrato, a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

EVENTOS RELEVANTES

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

ATIVIDADE DE CONCESSÃO DESENVOLVIDA

Águas residuais tratadas

A Abrantaqua, no decorrer do ano de 2023, recolheu e tratou um volume total de 2.344.722m³ de águas residuais. Comparativamente ao valor registado no ano de 2022, que tomou o valor de 2.300.404m³, constatamos que não se observaram diferenças significativas.

Extensão da rede de drenagem

A rede de drenagem consignada, conforme cadastro, apresenta uma extensão total de 291,6Km, encontrando-se completa.

Limpeza de fossas sépticas

No âmbito do serviço de recolha de águas residuais das fossas sépticas das habitações não servidas com sistema de saneamento, no presente ano efetuou-se um total de 1.184 limpezas, face às 1.081 realizadas no ano 2022.

O aumento verificado é explicado pela progressiva retoma à normalidade após dois anos de pandemia Covid-19.

Atividades complementares na rede de drenagem

Relativamente à atividade na rede de drenagem, foram registadas 457 intervenções, relativas a desobstruções nas redes de águas residuais e de águas pluviais, reparações de caixa de visita, reparações de coletores, reposições de pavimento e substituições de acessórios da rede.

Atividades complementares na exploração de instalações

No âmbito das atividades de operação e manutenção das estações elevatórias e do tratamento de águas residuais, salienta-se a realização das atividades de operação, manutenção e registo de dados das instalações necessárias à garantia do correto desempenho das mesmas. No decorrer da exploração do sistema, efetuou-se a abertura de 204 ordens de trabalho relativas a ações de manutenção em equipamentos e órgãos.

Plano de controlo analítico



No que se refere ao plano de controlo analítico realizado para cumprimento do programa de autocontrolo considerando o disposto nas licenças de utilização de recursos hídricos, efetuaram-se 2.986 controlos no decorrer do ano de 2022. Neste sentido, verificou-se uma percentagem de cumprimento das condições de descarga em meio hídrico de 96%. Adicionalmente, a Abrantaqua efetuou controlo analítico ao afluente nas várias

instalações bem como o controlo do efluente nos diferentes órgãos, tendo ainda analisado a qualidade das lamas produzidas. De notar ainda que a Abrantaqua realizou ações de fiscalização à rede de coletores do sistema de drenagem

INVESTIMENTO

A Abrantaqua, no âmbito das suas obrigações, tem por objeto contratual a execução de infraestruturas de modo a concretizar o objetivo proposto de abranger 93% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais até 6 anos após a data do início da Concessão, e manter o mínimo de 90% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais a partir daquele prazo.

Para cumprimento da referida obrigação, foi definido e contratualizado o Plano de Investimentos a realizar, que se iniciou no ano de 2008.

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 9,85 milhões de euros, a preços correntes.

Além do mencionado no plano de investimentos, a Abrantaqua irá realizar outros investimentos durante o período de vida da concessão associados ao seu funcionamento corrente, no valor de 555 milhares de euros.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2023 foi nulo, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2023 o montante acumulado de 10.273.245,59 euros, o qual, face ao valor definido após a inclusão dos investimentos financiados pelo POSEUR (10.406.328,56 euros), apresenta uma percentagem de realização de 98,72%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Abrantaqua no final de dezembro de 2023 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	2023		
	Implementação do tratamento terciário nas ETARs existentes	ETAR da Fonte Quente	342 773
		ETAR do Pego	95 977
		ETAR da Margem Sul	82 266
		Sub-total	521 016
	Remodelações em infra- estruturas existentes	Remodelação da Estação Elevatória da Margem Sul	56 534
		Remodelação da Estação Elevatória 1 do Tramagal	106 946
		Remodelação da ETAR dos Carochos	2 184 940
		Remodelação da ETAR 1 do Souto	7 987
		Remodelação da ETAR 2 do Souto	932
		Sub-total	2 357 339
	Sistemas novos	Saneamento em Alvega	843 818
		Saneamento em Mouriscas	2 216 569
		Saneamento em Aldeia do Mato	388 580
		Saneamento em S. Facundo	259 856
		Saneamento em Fontes	330 680
		Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	802 539
		Saneamento em Areias	143 187
		Saneamento em Monte Galego	188 210
		Saneamento em Ventoso	73 415
		Saneamento em Ribeira Fernando	146 620
		Saneamento em Carreira do Mato	273 551
		Saneamento em Portelas	63 674
		Saneamento em Carril	112 665
		Saneamento em Barrada	248 858
		Sub-total	6 092 222
	Benfeitorias	Sistema de Abrantes	18 029
		Sistema de Bemposta	7 301
		Sistema de Carvalhal	16 353
		Sistema de Martinchel	5 053
		Sistema de Abraçalha de Baixo	6 035
		Sistema de Abraçalha de Cima	6 953
		Sistema de Paúl	4 039
		Sistema de Arreciadas	5 916
		Sistema de Concavada	2 042
		Sistema de Crucifixo	2 596
		Sistema de Casais Revelhos	7 787
		Sistema de Sentieiras	2 596
		Sistema do Souto	11 144
		Sistema de Margem Sul	79 843
		Sistema de Tramagal	13 654
		Sistema do Pego	115 526
		Sistema de S. Miguel do Rio Torto	13 043
		Sistema de Rio de Moinhos	14 603
		Sistema de Casa Branca	917
		Saneamento em Bicas	372 977
		Saneamentos em Coalhos, Fojos, Cabrito e Tubaral	462 132
Barca do Pego		134 130	
Sub-total		1 302 669	
Total	10 273 246		

Benfeitorias

A Abrantaqua efetua, quando aplicável, benfeitorias nos sistemas de saneamento, em que se distinguem a resposta à ocorrência de abatimentos de coletores/ramais e a beneficiação de caixas de visita, entre outras intervenções. Durante o ano 2023 a Abrantaqua realizou 93 intervenções consideradas como benfeitorias na rede de saneamento.



SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em dezembro de 2015 a Abrantaqua obteve a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e de Ambiente, passando assim a cumprir o disposto nas normas ISO 9001 e ISO 14001.

A promoção da segurança e saúde no trabalho e a prevenção, no respetivo âmbito, são consideradas um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

A Abrantaqua detém desde março de 2017 a certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo que em 2020 foi efetuada a transição para a norma ISO 45001.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

O objetivo estratégico da Abrantaqua está alicerçado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação da rede e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efetuar.

A Abrantaqua tem como missão a exploração e gestão do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Abrantes, e execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação da rede

de saneamento, reabilitação das infraestruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes, bem como a melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população de Abrantes, através da eliminação de focos de insalubridade pública segundo os padrões nacionais e europeus.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Abrantaqua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos dos sistemas de gestão implementados, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Abrantaqua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no exercício findo em 2023, de 12 pessoas, sendo que em 2022 tinham sido 13 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Abrantaqua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração a médio prazo, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política financeira que visa a promoção do equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Abrantaqua no ano de 2023 devendo ser lida conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.452 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados de cerca de 8% (de 2.452.167 Euros em 2023, para 2.273.333 Euros em 2022), e na rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 não ocorreram movimentos em 2023, tal como em 2022.

Gastos

O total dos gastos da Abrantaqua foi em 2023 de 1.963.680 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.001.177 Euros, representa um decréscimo de cerca de 2%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção) registou um valor de 1.006.146 Euros, representando cerca de 51% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava um valor de 1.028.171 Euros, representando então cerca de 51% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 2% negativos.

Para o total dos gastos, a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2023, não teve valor para o período em análise.

Na rubrica de gastos com o pessoal registaram-se 250.075 euros, representando 13 % do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 247.364 euros, representando então 12% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta um aumento de cerca de 1%.

A Abrantaqua registou em 2023, uma reversão de imparidade por dívidas a receber no montante de 295 Euros. Em 2022, a Empresa registou uma reversão de perdas por imparidade por dívidas a receber no montante de 1.587 Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2023 o valor de 46.968 Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado em 2022 o montante de 114.238 Euros (6% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica de outros gastos e perdas apresenta um decréscimo de 59%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Abrantaqua registou no ano de 2023 o valor de 238.176 Euros (equivalente a 12% do total dos gastos do exercício) que, em comparação com o ano anterior, representa um acréscimo de 47%, quando a mesma rubrica registava 161.925 Euros (equivalente a 8% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos

O total dos rendimentos da Abrantaqua foi em 2023 de 2.485.522 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.341.030 Euros, representa um acréscimo de cerca de 6%.

A rubrica de serviços prestados de saneamento registou em 2023 cerca de 2.452.167 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um aumento de 8% face ao valor de 2.273.333 Euros de 2022.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2023 com valor nulo para o total dos proveitos.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos registou em 2023 o valor de 19.820 Euros, contra 11.371 Euros de 2022, o que representa um acréscimo desta rubrica em 74%.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício é positivo em 407.312 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Os Capitais Próprios da Abrantaqua tiveram uma evolução favorável em 2023, que se deveu ao resultado positivo do exercício.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela instabilidade no médio Oriente bem com as alterações climáticas que estão a levar as Empresas a encontrar estratégias para colmatar a escassez de água. A Abrantaqua continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma

constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado no período em análise, foi de 1.169.093 Euros, o qual, comparativamente com o período anterior, representa um aumento de 30%.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 51%.

	Ano 2023	Ano 2022
Rentabilidade do ativo total	5,89%	3,51%
Rentabilidade dos capitais próprios	11,44%	8,04%
Rentabilidade das vendas	16,61%	11,16%
EBITDA	1 169 093	896 889
EBIT	760 017	501 778

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do balanço, em especial dos dois últimos anos, reflete um incremento na rubrica capital próprio.

Em valores absolutos, os registos mostram que o ativo diminuiu de 7.220.254 euros em 2022 para 6.914.969 euros em 2023.

Em termos desagregados, os capitais próprios sofreram um aumento de 13%, ou seja, de 3.154.490 Euros em 2022 para 3.561.802 Euros em 2023, tendo-se assistido a uma diminuição do valor do passivo, de 4.065.764 Euros em 2022 para 3.353.167 Euros em 2023, devido ao pagamento de valores de financiamentos às empresas do Grupo.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2023, em termos percentuais, um aumento dos indicadores de Autonomia e Solvabilidade e uma diminuição dos indicadores de Endividamento.

	Ano 2023	Ano 2022
Capitais próprios	3 561 802	3 154 490
Passivo total	3 353 167	4 065 764
Passivo corrente	395 084	607 681
Ativo total	6 914 969	7 220 254
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	51,51%	43,69%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	106,22%	77,59%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	48,49%	56,31%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	11,78%	14,95%

EVOLUÇÃO PREVÍSEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Abrantaqua prossegue o seu mandato para o triénio 2022-2024. A Administração da Abrantaqua está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência dos grupos empresariais em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Abrantaqua encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO NAS ACÇÕES DA SOCIEDADE

Os membros dos Órgãos do Conselho de Administração e Fiscalização não detêm quaisquer ações da Sociedade, nem transacionaram ações no ano findo a 31 de dezembro de 2023.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, positivo em 407.312,00 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Outras Reservas: 407.312,00 Euros

Deveríamos incluir um ponto sobre a inexistência de sucursais.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Abrantaqua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias e demais entidades que com a empresa se relacionaram.



Abrantes, a 29 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Luís Francisco de Lope Alonso

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Artur António Baptista Vidal

Vogal

Nuno Filipe Saquete Gabriel

Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

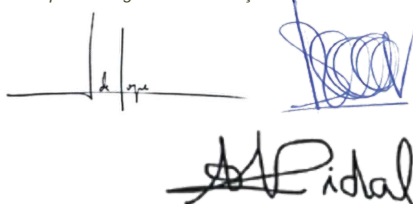
Em euros

	NOTAS	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	259 856	286 245
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	5 138 544	5 492 318
Outros ativos financeiros	15	1 834	2 100
Ativos por impostos diferidos	3.4 ; 7	297 104	310 026
subtotal		5 697 338	6 090 689
Ativo corrente			
Clientes	3.6 ; 9	294 823	252 174
Adiantamentos a fornecedores	3.6 ; 9	2 674	12 534
Estado e outros entes públicos	3.6 ; 8	148 415	184 470
Outros créditos a receber	3.6 ; 9	179 005	173 782
Diferimentos	3.6 ; 10	5 450	10 734
Caixa e depósitos bancários	3.6 ; 4	587 264	495 871
subtotal		1 217 631	1 129 565
Total do ativo		6 914 969	7 220 254
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.5 ; 14	500 000	500 000
Reservas legais	3.5 ; 14	100 000	100 000
Outras reservas	3.5 ; 14	2 554 686	2 300 956
Outras variações no capital próprio	3.5 ; 14	(196)	(196)
Resultado líquido do período	3.5 ; 14	407 312	253 730
Total do capital próprio		3 561 802	3 154 490
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.8 ; 6	133 083	133 083
Financiamentos obtidos	3.6 ; 11 ; 12	2 825 000	3 325 000
subtotal		2 958 083	3 458 083
Passivo corrente			
Fornecedores	3.6 ; 11 ; 13	158 080	382 521
Estado e outros entes públicos	3.6 ; 8	104 506	81 627
Outras dívidas a pagar	3.6 ; 11 ; 13	132 498	143 533
subtotal		395 084	607 681
Total do passivo		3 353 167	4 065 764
Total do capital próprio e do passivo		6 914 969	7 220 254

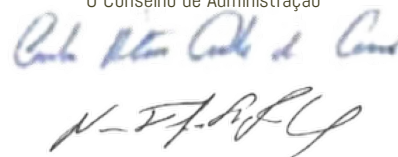
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

Hávia José Simões



O Conselho de Administração



ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

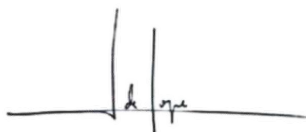
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	3.7 ; 16	2 452 167	2 273 333
Subsídios à exploração		-	371
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 006 146)	(1 028 171)
Gastos com o pessoal	18	(250 075)	(247 364)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	295	1 587
Outros rendimentos	19	19 820	11 371
Outros gastos	20	(46 968)	(114 238)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 169 093	896 889
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.9 ; 21	(409 076)	(395 111)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		760 017	501 778
Juros e gastos similares suportados	22	(238 176)	(161 925)
Resultado antes de impostos		521 841	339 853
Imposto sobre o rendimento do período	23	(114 529)	(86 123)
Resultado líquido do período		407 312	253 730

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Hávia José Simões




M. Pidal

Bento António Carlos de Almeida

N. F. P. F. L. F.

ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

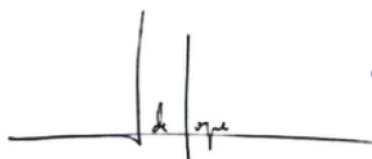
Em euros

RUBRICAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 538 169	2 292 306
Pagamentos a fornecedores	(1 479 104)	(1 563 675)
Pagamentos ao pessoal	(159 405)	(244 827)
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(33 661)	(77 852)
Outros recebimentos/pagamentos	(53 821)	(172 293)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	812 178	233 659
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(18 213)	(135 753)
Ativos intangíveis	(10 700)	-
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	-	371
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(28 913)	(135 382)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos de Entidades Relacionadas	(500 000)	-
Juros e gastos similares	(191 872)	(175 281)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(691 872)	(175 281)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	91 393	(77 004)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	495 871	572 875
Caixa e seus equivalentes no fim do período	587 264	495 871

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

Hávia José Simões



O Conselho de Administração





ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	500 000	100 000	2 300 956	(196)	-	253 730	3 154 490
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	-	253 730	-	-	(253 730)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	-	-	253 730	-	-	(253 730)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	407 312	407 312
Resultado Integral	-	-	-	-	-	407 312	407 312
Posição no fim do período	500 000	100 000	2 554 686	(196)	-	407 312	3 561 802

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	500 000	100 000	1 915 893	(196)	-	385 063	2 900 760
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	-	-	385 063	-	-	(385 063)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	-	-	385 063	-	-	(385 063)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	253 730	253 730
Resultado Integral	-	-	-	-	-	253 730	253 730
Posição no fim do período	500 000	100 000	2 300 956	(196)	-	253 730	3 154 490

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

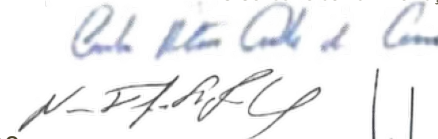
O Contabilista Certificado

Hélia José Simões

Pidal



O Conselho de Administração




Abrantaqua 20



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Urbanização dos Plátanos, Lote 2D, Loja B, Alferrarede, em Abrantes, constituída em 26 de julho de 2007, tendo como atividade principal a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

As Demonstrações Financeiras da Abrantaqua foram aprovadas em Conselho de Administração a 29 de março de 2024.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, alterado pela Portaria 218/2015, de 23 de julho e alterado pela Portaria 2020/2015 de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Abrantaqua foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS /IFRS”), tal como as adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter a propriedade das infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores das referidas infraestruturas, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 9.851 milhares de euros. Além do mencionado no plano de investimentos a Abrantaqua irá realizar outros investimentos durante o período de vida da concessão associada ao seu funcionamento corrente no valor de 555 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado e, de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento), durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração, uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e a construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço (construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão), a Abrantaqua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, os quais se materializam num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público e os réditos e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar, que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 a 12 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os respetivos ganhos ou perdas, face ao valor líquido dos bens e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente contrato de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas na percentagem proporcional ao total de investimento contratualizado com o Município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, sendo determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas, tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto

corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a refletirem o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Adiantamentos de Clientes

Esta rubrica reflete as entregas feitas relativas a fornecimentos a efetuar a terceiros, cujo preço não esteja previamente fixado, sendo registada pelo seu valor nominal.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorram, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras dívidas a pagar

As outras dívidas a pagar incluem credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

Adiantamentos a Fornecedores

Esta rubrica reflete os adiantamentos efetuados a fornecedores.

3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção, em função do período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual. Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas se se mantiver a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência dependa de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão e são registados em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e do balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registros em final de período são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registros posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 3 a 12 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.12. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- • Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- • Imparidade de créditos a receber;
- • Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era:

	Ano 2023	Ano 2022
Caixa	1 000	1 000
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	569 241	312 974
Novo Banco	17 023	181 897
Total	587 264	495 871

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	135 376	-	-	-	135 376
Equipamento básico	231 637	18 213	-	-	249 850
Equipamento de transporte	51 714	-	-	-	51 714
Equipamento administrativo	20 947	-	-	-	20 947
Total	439 674	18 213	-	-	457 887
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	22 563	7 521	-	-	30 084
Equipamento básico	95 220	24 599	-	-	119 819
Equipamento de transporte	19 818	10 341	-	-	30 159
Equipamento administrativo	15 828	2 141	-	-	17 969
Total	153 429	44 602	-	-	198 031
Saldo líquido	286 245				259 856

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	135 376	-	-	-	135 376
Equipamento básico	123 859	107 778	-	-	231 637
Equipamento de transporte	29 475	22 239	-	-	51 714
Equipamento administrativo	15 211	5 736	-	-	20 947
Total	303 921	135 753	-	-	439 674

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	15 042	7 521	-	-	22 563
Equipamento básico	81 376	13 844	-	-	95 220
Equipamento de transporte	11 545	8 273	-	-	19 818
Equipamento administrativo	14 487	1 341	-	-	15 828
Total	122 450	30 979	-	-	153 429
Saldo líquido	181 471				286 245

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis					
em Firme	10 407 714	10 700	-	-	10 418 414
Total	10 407 714	10 700	-	-	10 418 414

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis					
em Firme	4 915 396	364 474	-	-	5 279 870
Total	4 915 396	364 474	-	-	5 279 870
Saldo líquido	5 492 318,00 €				5 138 544

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis					
em Firme	10 407 714	-	-	-	10 407 714
Total	10 407 714	-	-	-	10 407 714

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis					
em Firme	4 551 264	364 132	-	-	4 915 396
Total	4 551 264	364 132	-	-	4 915 396
Saldo líquido	5 856 450				5 492 318

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial	133 083	133 083
Aumentos	-	-
Diminuições	-	-
Total	133 083	133 083

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2023	Ano 2022
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	310 026	322 415
Efeitos na demonstração de resultados		-
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	(12 922)	(12 389)
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(12 922)	(12 389)
Saldo final	297 104	310 026

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	55 497	86 481
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	92 918	97 989
Total	148 415	184 470
	Ano 2023	Ano 2022
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	101 607	73 733
Retenção de impostos sobre o rendimento	2 036	2 641
Contribuições para a segurança social	863	5 192
Outros impostos	-	61
Total	104 506	81 627

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica de “Clientes” reflete, quase na sua totalidade, o valor a pagar pelo cliente Serviços Municipalizados de Abrantes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo deste cliente ascendia a cerca de 295 mil Euros e 252 mil Euros, respetivamente, correspondendo a aproximadamente dois meses de faturação.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Clientes		
Clientes C/C	294 823	252 174
Clientes Cobrança Duvidosa	10 952	11 247
Perdas por imparidade acumuladas (i)	(10 952)	(11 247)
Total	294 823	252 174

(i) Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial	(11 247)	(12 834)
Reforço (a)	(13 239)	(54 368)
Reversão (b)	13 534	55 955
Saldo final	(10 952)	(11 247)
Variação Ano	295	1 587

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Adiantamentos a fornecedores	2 674	12 534
Total	2 674	12 534

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	179 005	173 782
Devedores e credores diversos	-	-
Total	179 005	173 782

- O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	5 450	10 734
Total	5 450	10 734

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Grupo Nov através da participação de 40% da empresa BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação do Grupo FCC Aqualia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2023			Ano 2022		
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	54 139	-	-	154 108	-	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	60 429	1 130 000	12 543	202 749	1 330 000	4 456
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	234	-	-	-	-	-
FCC Aqualia S.A.	4 164	1 695 000	12 543	4 164	1 995 000	-
Total	118 966	2 825 000	25 086	361 021	3 325 000	4 456

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2023		Ano 2022	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	197 459	-	207 278	-
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	230 745	95 290	268 031	69 678
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	482	-	620	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	-	-	-	-
FCC Aqualia S.A.	4 164	142 886	4 164	97 155
Total	432 850	238 176	480 093	166 833

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Passivo não corrente		
Financiamentos Concedidos Grupo (Nota 11)		
FCC Aqualia, S.A.	1 695 000	1 995 000
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	1 130 000	1 330 000
Total	2 825 000	3 325 000

Os mesmos foram concedidos pelas empresas do Grupo e vencem juros à Euribor a 3 meses acrescido de um *spread* de 5%. Têm uma maturidade de 1 ano com renovação automática se nenhuma das partes se denunciar o contrato com antecedência de um mês.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Fornecedores e outras dívidas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Fornecedores		
Fornecedores C/C	39 114	21 500
Partes relacionadas (Nota 11)	118 966	361 021
Total	158 080	382 521

	Ano 2023	Ano 2022
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	31 462	30 631
Fornecedores de investimentos	7 402	14 598
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	68 535	93 848
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros e estimativas	12 543	-
Partes relacionadas (nota 11) - Biosmart - Juros	12 543	4 456
Outros	13	-
Total	132 498	143 533

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital totalmente subscrito e realizado era composto por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 253.730 Euros, foi transferido na totalidade para a rubrica "Outras reservas".

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 385.063 Euros, foi transferido na totalidade para a rubrica "Outras reservas".

15. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Investimentos Financeiros" é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Investimentos Financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	1 834	2 100
Total	1 834	2 100

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade

empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa.

16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Vendas e Serviços prestados	2 452 167	2 273 333
Total	2 452 167	2 273 333

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Serviços especializados	733 417	698 825
Energia e fluidos	126 307	175 143
Materiais	50 857	49 582
Deslocações, estadas e transportes	6 081	5 570
Serviços diversos	89 484	99 051
Total	1 006 146	1 028 171

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 432.850 Euros e 480.093 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Remunerações	197 361	191 285
Encargos sociais	42 905	41 955
Seguros de acidentes de trabalho	4 020	3 229
Outros gastos com o pessoal	5 789	10 895
Total	250 075	247 364

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos exercícios findos em 2023 e 2022 de 12 e 13 pessoas, respetivamente.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Outros rendimentos	19 820	11 371
Total	19 820	11 371

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Impostos e taxas	32 738	36 765
Correções relativas a períodos anteriores	-	663
Dívidas incobráveis	13 239	54 368
Outros gastos	991	22 442
Total	46 968	114 238

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	7 521	7 521
Equipamento básico	24 599	13 844
Equipamento de transporte	10 341	8 273
Equipamento administrativo	2 141	1 341
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	364 474	364 132
Total	409 076	395 111

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos partes relacionadas (Nota 11)	238 176	161 925
Total	238 176	161 925
Resultados financeiros	(238 176)	(161 925)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 238.176 euros e 161.925 euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde está sediada. No Município de Abrantes, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

No exercício de 2023, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Para as pequenas e médias empresas (PME) o n.º 2 do art.º 87 do IRC define uma taxa de IRC de 17% aplicável aos primeiros 25.000 Euros de matéria coletável. Esta taxa pode ser reduzida em 4,5% se a Empresa se encontrar sedeadada no interior do país (artigo 41 – B do Estatuto dos Benefícios Fiscais). Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2023	Ano 2022
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	420 234	266 119
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	364 132	364 132
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	101 607	73 734
Perdas por imparidade	9 930	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	204	-
Correcções relativas a períodos anteriores	-	663
Outros custos a crescer	-	44 274
Créditos incobráveis	13 239	-
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(420 243)	(420 243)
Excesso IRC	(9 088)	-
Reversão imparidade	(13 239)	-
Benefícios fiscais	(12 687)	-
Lucro tributável	454 089	328 679
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	454 089	328 679
Coleta	93 234	66 898
Pagamento por conta	55 497	86 481
IRC a pagar/(recuperar)	37 737	(19 583)
Derrama	6 811	4 930
Tributações autónomas	1 562	1 906
Total a pagar/(recuperar)	46 110	(12 747)
Imposto corrente do exercício	101 607	73 734
Imposto diferido ativo (Nota 7)	12 922	12 389
Imposto do exercício	114 529	86 123
<i>Resultado antes do imposto</i>	521 841	339 853
<i>Imposto diferido activo (2741/ 8122)</i>	(12 922)	(12 389)
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado</i>	(114 529)	(86 123)
<i>Resultado após impacto do imposto diferido activo</i>	407 312	253 730

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2023, não existiam na Abrantaqua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se no período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas entidades, referidas no quadro seguinte, garantias bancárias à Câmara Municipal de Abrantes, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2023	Ano 2022
FCC Aqualia, S.A.	462 641	462 641
Biosmart – Soluções Ambientais, S.A.	308 427	308 427
Total	771 068	771 068

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial entre 36 e 72 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2023 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2023 e 2022, são conforme segue:

<i>Renting</i> viaturas	Ano 2023	Ano 2022
2023	-	26 653
2024	22 151	-
TOTAL	22 151	26 653

Gasto ano	Ano 2023	Ano 2022
Renting viaturas	22 151	26 665
TOTAL	22 151	26 665

26. HONORÁRIOS AUDITORIA

A Empresa registou um gasto com honorários relativo aos auditores Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., no montante de 7.056 Euros, relativos à auditoria às demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria José Simões

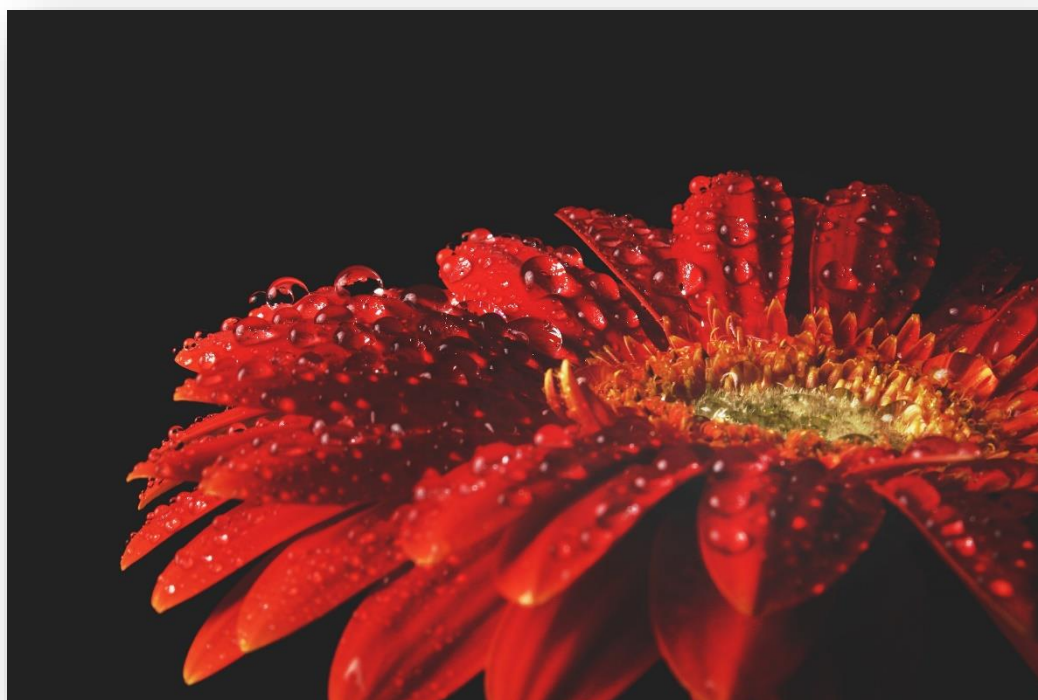
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature] *[Signature]* Pidal

Carlos Alberto Costa de Sousa

[Signature]

[Signature]



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas **ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ABRANTES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.914.969 euros e um total de capital próprio de 3.561.802 euros, incluindo um resultado líquido de 407.312 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ABRANTES, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1 de 3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da

Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por

[Assinatura Qualificada]  Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Joaquim Oliveira de Jesus
Joaquim Oliveira de Jesus
Dados: 2024.04.30 18:36:20 +01'00'
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056,
Registado na CMVM sob o nº 20160668

